



## **Tribunal de Contas do Estado da Paraíba**

# **Documento Nº 119402/24**

**EXERCÍCIO:** 2024  
**SUBCATEGORIA:** Licitações  
**JURISDICIONADO:** Câmara Municipal de Taperoá  
**DATA DE ENTRADA:** 24/10/2024  
**ASSUNTO:** Licitação - 00003/2024 - Inexigibilidade (Lei Nº 14.133/2021) -  
CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE  
SERVIÇOS DE ASSESSORIA EM GESTÃO E  
PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO.  
**INTERESSADOS:** Ailton Paulo de Souza

**SETOR DE CONTRATAÇÃO****INEXIGIBILIDADE Nº INC0003/2024**

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 240611INC0003

**CONTRATO Nº: C0301/2024-CPL**

TERMO DE CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM A CÂMARA MUNICIPAL DE TAPEROÁ E ERASMO ROBERTO RODRIGUES DO NASCIMENTO, PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇO CONFORME DISCRIMINADO NESTE INSTRUMENTO NA FORMA ABAIXO:

Pelo presente instrumento de contrato, de um lado **A CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE TAPEROÁ**, Estado da Paraíba, situada na Rua João Mota Silva, N.º 01, Centro, Taperoá – PB, CEP: 58.680-000, inscrita no CNPJ (MF), sob o nº 02.931.144/0001-97, representado neste ato pelo Presidente o Sr. **AILTON PAULO DE SOUZA**, portador do CPF: 675.711.904-87, residente e domiciliado na Cidade de Taperoá – PB, doravante simplesmente **CONTRATANTE**, e do outro lado **ERASMO ROBERTO RODRIGUES DO NASCIMENTO** - AVENIDA GOV DORGIVAL TERCEIRO NETO, 202 - CENTRO - TAPEROA - PB, CNPJ nº 40.403.942/0001-35, neste ato representado por Erasmo Roberto Rodrigues do Nascimento, Brasileiro, Casado, Contador, CPF nº 061.221.024-31, Carteira de Identidade nº 3177658 SSP-PB, doravante simplesmente **CONTRATADO**, decidiram as partes contratantes assinar o presente contrato, o qual se regerá pelas cláusulas e condições seguintes:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DOS FUNDAMENTOS:**

Este contrato decorre da Inexigibilidade de Licitação nº INC0003/2024, processada nos termos da Lei Federal nº 14.133, de 1º de Abril de 2021; Lei Complementar nº 123, de 14 de Dezembro de 2006; e legislação pertinente, consideradas as alterações posteriores das referidas normas, às quais os contratantes estão sujeitos como também às cláusulas deste contrato.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO:**

O presente contrato, cuja lavratura foi autorizada pela Portaria nº IN C0003/2024-02, de 13 de Junho de 2024, tem por objeto: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSESSORIA EM GESTÃO E PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO.**

O serviço deverá ser executado rigorosamente de acordo com as condições expressas neste instrumento, proposta apresentada, especificações técnicas correspondentes, processo de Inexigibilidade de Licitação nº INC0003/2024 e instruções do Contratante, documentos esses que ficam fazendo partes integrantes do presente contrato, independente de transcrição.

**CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR E PREÇOS:**

O valor total deste contrato, a base do preço proposto, é de R\$ 18.000,00 (DEZOITO MIL REAIS).

Representado por: 6 x R\$ 3.000,00.

CÓDIGO	DESCRIÇÃO DO ITEM	UNIDADE	QUANTIDADE
DFD 1	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSESSORIA EM GESTÃO E PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO.	MÊS	6

**CLÁUSULA QUARTA - DO REAJUSTAMENTO EM SENTIDO ESTRITO - REAJUSTE:**

Os preços contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano.

Dentro do prazo de vigência da contratação e mediante solicitação do Contratado, os preços poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, na mesma proporção da variação verificada no IPCA-IBGE acumulado, tomando-se por base o mês do orçamento estimado, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice



definitivo. Fica o Contratado obrigado a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

O registro da variação do valor contratual para fazer face ao reajuste de preços poderá ser realizado por simples apostila.

O prazo para resposta ao pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro, quando for o caso, será de até um mês, contado da data do fornecimento da documentação comprobatória do fato imprevisível ou previsível de consequência incalculável, observadas as disposições dos Arts. 124 a 136, da Lei 14.133/21.

#### **CLÁUSULA QUINTA - DA DOTAÇÃO:**

As despesas correrão por conta da seguinte dotação, constante do orçamento vigente:

Recursos não Vinculados de Impostos:

00.101 – Câmara Municipal

00101.01.031.1001.2001 – Manutenção das Atividades do Poder Legislativo Municipal

3.3.90.39.00 – Outros serviços de terceiro pessoa jurídica

#### **CLÁUSULA SEXTA - DO PAGAMENTO:**

O pagamento será efetuado mediante processo regular e em observância às normas e procedimentos adotados pelo Contratante, bem como as disposições dos Arts. 141 a 146 da Lei 14.133/21; da seguinte maneira: Para ocorrer no prazo de trinta dias, contados do período de adimplemento.

#### **CLÁUSULA SÉTIMA - DOS PRAZOS E DA VIGÊNCIA:**

Os prazos máximos de início de etapas de execução e de conclusão do objeto ora contratado, que admitem prorrogação nas condições e hipóteses previstas na Lei 14.133/21, estão abaixo indicados e serão considerados da assinatura do Contrato:

a - Início: 3 (três) dias;

b - Conclusão: 6 (seis) meses.

A vigência do presente contrato será determinada: até 13/12/2024, considerada da data de sua assinatura; podendo ser prorrogada, nas hipóteses e nos termos dos Arts. 105 a 114, da Lei 14.133/21.

#### **CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE:**

a - Efetuar o pagamento relativo a execução do serviço efetivamente realizado, de acordo com as respectivas cláusulas do presente contrato;

b - Proporcionar ao Contratado todos os meios necessários para a fiel execução do serviço contratado;

c - Notificar o Contratado sobre qualquer irregularidade encontrada quanto à qualidade do serviço, exercendo a mais ampla e completa fiscalização, o que não exime o Contratado de suas responsabilidades contratuais e legais;

d - Designar representantes com atribuições de Gestor e Fiscal deste contrato, conforme requisitos estabelecidos na norma vigente, ou pelos respectivos substitutos, especialmente para coordenar as atividades relacionadas à fiscalização e acompanhar e fiscalizar a sua execução, respectivamente, permitida a contratação de terceiros para assistência e subsídio da fiscalização com informações pertinentes a essa atribuição;

e - Observar, em compatibilidade com o objeto deste contrato, as disposições dos Arts. 115 a 123 da Lei 14.133/21.

#### **CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO:**

a - Executar devidamente o serviço descrito na cláusula correspondente do presente contrato, dentro dos melhores parâmetros de qualidade estabelecidos para o ramo de atividade relacionada ao objeto contratual, com observância aos prazos estipulados;

b - Responsabilizar-se por todos os ônus e obrigações concernentes à legislação fiscal, civil, tributária e trabalhista, bem como por todas as despesas e compromissos assumidos, a qualquer título, perante seus fornecedores ou terceiros em razão da execução do objeto contratado;

c - Manter preposto capacitado e idôneo, aceito pelo Contratante, quando da execução do contrato, que o represente integralmente em todos os seus atos;

d - Permitir e facilitar a fiscalização do Contratante devendo prestar os informes e esclarecimentos solicitados;

e - Será responsável pelos danos causados diretamente ao Contratante ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado;

f - Não ceder, transferir ou subcontratar, no todo ou em parte, o objeto deste instrumento, sem o conhecimento e a devida autorização expressa do Contratante;



- g - Manter, durante a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de regularidade e qualificação exigidas no respectivo processo de contratação direta, apresentando ao Contratante os documentos necessários, sempre que solicitado;
- h - Cumprir a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas, ao longo de toda a execução do contrato, e sempre que solicitado pelo Contratante, deverá comprovar o cumprimento dessa reserva de cargos, com a indicação dos empregados que preencherem as referidas vagas;
- i - Observar, em compatibilidade com o objeto deste contrato, as disposições dos Arts. 115 a 123 da Lei 14.133/21.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA - DA ALTERAÇÃO E EXTINÇÃO:**

Este contrato poderá ser alterado com a devida justificativa, unilateralmente pelo Contratante ou por acordo entre as partes, nos casos e condições previstas nos Arts. 124 a 136 e sua extinção, formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, ocorrerá nas hipóteses e disposições dos Arts. 137 a 139, todos da Lei 14.133/21.

Nas alterações unilaterais a que se refere o inciso I, do caput do Art. 124, da Lei 14.133/21, o Contratado será obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões que se fizerem nos serviços, de até o respectivo limite fixado no Art. 125, do mesmo diploma legal, do valor inicial atualizado do contrato. Nenhum acréscimo ou supressão poderá exceder o limite estabelecido, salvo as supressões resultantes de acordo celebrado entre os contratantes.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO RECEBIMENTO:**

Executada a presente contratação e observadas as condições de adimplemento das obrigações pactuadas, os procedimentos e condições para receber o seu objeto pelo Contratante obedecerão, conforme o caso, às disposições do Art. 140, da Lei 14.133/21.

Por se tratar de serviço, a assinatura do termo detalhado de recebimento provisório, se dará pelas partes, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico, até 15 (quinze) dias da comunicação escrita do Contratado. No caso do termo detalhado de recebimento definitivo, será emitido e assinatura pelas partes, apenas após o decurso do prazo de observação ou vistoria, que comprove o atendimento das exigências contratuais, não podendo esse prazo ser superior a 90 (noventa) dias, salvo em casos excepcionais, devidamente justificados.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS PENALIDADES:**

O licitante ou o Contratado será responsabilizado administrativamente, facultada a defesa no prazo legal do interessado, pelas infrações previstas no Art. 155, da Lei 14.133/21 e serão aplicadas, na forma, condições, regras, prazos e procedimentos definidos nos Arts. 156 a 163, do mesmo diploma legal, as seguintes sanções: a – advertência aplicada exclusivamente pela infração administrativa de dar causa à inexecução parcial do contrato, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave; b – multa de mora de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) aplicada sobre o valor do contrato, por dia de atraso injustificado na execução do objeto da contratação; c – multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato por qualquer das infrações administrativas previstas no referido Art. 155; d – impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo de dois anos, aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido Art. 155, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave; e – declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo de cinco anos, aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do referido Art. 155, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do mesmo artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no § 4º do referido Art. 156; f – aplicação cumulada de outras sanções previstas na Lei 14.133/21.

Se o valor da multa ou indenização devida não for recolhido no prazo de 15 dias após a comunicação ao Contratado, será automaticamente descontado da primeira parcela do pagamento a que o Contratado vier a fazer jus, acrescido de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, ou, quando for o caso, cobrado judicialmente.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA COMPENSAÇÃO FINANCEIRA:**

Nos casos de eventuais atrasos de pagamento nos termos deste instrumento, e desde que o Contratado não tenha concorrido de alguma forma para o atraso, será admitida a compensação financeira, devida desde a data limite fixada para o pagamento até a data correspondente ao efetivo pagamento da parcela. Os encargos moratórios devidos em razão do atraso no pagamento serão calculados com utilização da seguinte fórmula:  $EM = N \times VP \times I$ , onde: EM = encargos moratórios; N = número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; VP = valor da parcela a ser paga; e I = índice de compensação financeira, assim apurado:  $I = (TX \div 100) \div 365$ , sendo TX = percentual do IPCA-IBGE acumulado nos últimos doze meses ou, na sua falta, um novo índice adotado pelo Governo Federal que o substitua. Na hipótese do referido índice estabelecido para a compensação financeira venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.





**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD:**

- a - As partes contratantes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de Agosto de 2018, que é a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais LGPD, quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão deste contrato, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.
- b - Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do Art. 6º, da Lei 13.709/18.
- c - É vedado o compartilhamento com terceiros de qualquer dado obtido, fora das hipóteses permitidas em Lei.
- d - Constitui atribuição do Contratado orientar e treinar seus empregados, quando for o caso, sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.
- e - O Contratante deverá ser informado, no prazo de cinco dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.
- f - O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.
- g - O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento desta cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.
- h - O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável mediante justificativa, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.
- i - Terminado o tratamento dos dados nos termos do Art. 15, é dever do Contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do Art. 16, ambos da Lei 13.709/18, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.
- j - Os bancos de dados formados a partir da execução do objeto deste contrato, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados, conforme Art. 37, da Lei 13.709/18, com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pelo Contratante nas hipóteses previstas na LGPD.
- k - O presente contrato está sujeito a alterações nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a Autoridade Nacional de Proteção de Dados, por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO FORO:**

Para dirimir as questões decorrentes deste contrato, as partes elegem o Foro da Comarca de Taperoá.

E, por estarem de pleno acordo, foi lavrado o presente contrato em 02(duas) vias, o qual vai assinado pelas partes e por duas testemunhas.

Taperoá - PB, 13 de Junho de 2024.

TESTEMUNHAS

Maria Aparecida S. Alves  
065.049 594 59

PELO CONTRATANTE

Ailton Paulo de Souza  
Ailton Paulo de Souza  
Prefeito  
675.711.904-87

PELO CONTRATADO

Erasmoo Roberto Rodrigues do Nascimento  
02339 22 44 89

Erasmoo Roberto Rodrigues do Nascimento  
ERASMO ROBERTO RODRIGUES DO NASCIMENTO  
ERASMO ROBERTO RODRIGUES DO NASCIMENTO  
061.221.024-31



**ESTADO DA PARAÍBA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPEROÁ**  
**BOLETIM OFICIAL**  
**PODER EXECUTIVO**  
*“Criado pela Lei Municipal nº 17, de 21/09/1974”*

---

**Ano: 2024**

**Mês: JUNHO**

**Nº VI**

---

ESTADO DA PARAÍBA  
CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES – TAPEROÁ-PB

**EXTRATO DE CONTRATO**

**OBJETO:** CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSESSORIA EM GESTÃO E PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO.. **FUNDAMENTO LEGAL:** Inexigibilidade nº IN00003/2024. **DOTAÇÃO:** Recursos não Vinculados de Impostos: 00101.01.031.1001.2001 – Manutenção das Atividades do Poder Legislativo Municipal de Taperoá-PB. 3.3.90.39.00.00 OUTROS SERV. DE TERC. PESSOA JURIDICA. **VIGÊNCIA:** até 31/12/2024. **PARTES CONTRATANTES:** Câmara Municipal de Taperoá e: CT Nº C0301/2024 – 13.06.2024 – ERASMO ROBERTO RODRIGUES DO NASCIMENTO - R\$ 18.000,00.





## CÂMARA MUNICIPAL DE TAPEROÁ-PARAÍBA

REFERENTE: PROCEDIMENTO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

### DISPONIBILIDADE ORÇAMENTÁRIA

Realização do referido procedimento de contratação direta:

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSESSORIA EM GESTÃO E PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO.

### DECLARAÇÃO

Conforme solicitado, declaramos haver previsão de dotação apropriada no orçamento vigente para a devida execução do objeto a ser contratado ficando, portanto, demonstrada, pela reserva orçamentária que neste ato foi realizada, a compatibilidade da previsão desses recursos com o compromisso a ser assumido:

Recursos não Vinculados de Impostos:

00.101 – Câmara Municipal

00101.01.031.1001.2001 – Manutenção das Atividades do Poder Legislativo Municipal

3.3.90.39.00 – Outros serviços de terceiro pessoa jurídica

Taperoá - PB, 10 de Junho de 2024.

  
GEOVANIA GOUVEIA SOARES DE SOUZA  
Tesoureira



### Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

**Inscrição:** 40.403.942/0001-35  
**Razão Social:** ERASMO ROBERTO RODRIGUES DO NASCIMENTO  
**Endereço:** RUA GOV DORIVAL TERCEIRO NETO 202 / CENTRO / TAPEROA / PB / 58680-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

**Validade:** 16/05/2024 a 14/06/2024

**Certificação Número:** 2024051605255549430425

Informação obtida em 18/05/2024 18:13:39

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:  
**[www.caixa.gov.br](http://www.caixa.gov.br)**





Ministério do Trabalho e Emprego  
Tribunal Superior do Trabalho

## CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: ERASMO ROBERTO RODRIGUES DO NASCIMENTO (MATRIZ E FILIAIS)  
CNPJ: 40.403.942/0001-35  
Certidão nº: 34830904/2024  
Expedição: 18/05/2024, às 18:16:20  
Validade: 14/11/2024 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que ERASMO ROBERTO RODRIGUES DO NASCIMENTO (MATRIZ E FILIAIS), inscrito(a) no CNPJ sob o nº 40.403.942/0001-35, NÃO CONSTA como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas. Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022. Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).  
Certidão emitida gratuitamente.

### INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
**Secretaria da Receita Federal do Brasil**  
**Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional**

**CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS  
 FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO**

**Nome: ERASMO ROBERTO RODRIGUES DO NASCIMENTO**  
**CNPJ: 40.403.942/0001-35**

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. constam débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal, ou ainda não vencidos; e
2. não constam inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.

Emitida às 17:21:40 do dia 19/02/2024 <hora e data de Brasília>.

Válida até 17/08/2024.

Código de controle da certidão: **72C0.27CA.9894.F0F1**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.





**GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA - SEFAZ**

# CERTIDÃO

CÓDIGO: 0EFA.8BE8.BF42.D245

Emitida no dia 28/05/2024 às 09:52:58

Identificação do requerente:  
CNPJ/CPF: 40.403.942/0001-35  
R G

Certifico, observadas as disposições da legislação vigente e de acordo com os assentamentos existentes neste órgão, que o requerente supra identificado está em situação **REGULAR** perante a Fazenda Pública Estadual, **com relação a débitos fiscais administrativos e inscritos em Dívida Ativa**. A referida identificação não pertence a contribuinte com inscrição ativa no Cadastro de Contribuintes do Estado da Paraíba.

A presente Certidão não compreende débitos cuja exigibilidade esteja suspensa, nem exclui o direito de a Fazenda Pública Estadual, a qualquer tempo, cobrar valores a ela porventura devidos pelo referido requerente.

Esta certidão é válida por 60 (sessenta) dias a partir da data de sua emissão, devendo ser confirmada a sua autenticidade através do serviço *Validar Certidão de Débito* na página [www.sefaz.pb.gov.br](http://www.sefaz.pb.gov.br).

**OBS:** Inválida para licitação no que se refere ao fornecimento de mercadorias ou prestação de serviços de transporte interestadual e intermunicipal ou comunicação não compreendidos na competência tributária dos municípios se o requerente supracitado estiver localizado no estado da Paraíba, ressalvada quando a licitação se referir à prestação de serviço de transporte entre municípios com características urbanas no âmbito das regiões metropolitanas no estado da Paraíba, reconhecida por Lei específica.

Válida com a apresentação conjunta do cartão de inscrição no CPF ou no CNPJ da  
Secretaria da Receita Federal do Ministério da Fazenda.  
Certidão de Débito emitida via 'Internet'.



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA PARAÍBA  
TELEJUDICIÁRIO - CENTRAL DE CERTIDÕES  
Praça João Pessoa, s/n - CEP 58013-902 - João Pessoa (PB)  
Telefone: (33) 3210-1440



## CERTIDÃO NEGATIVA

### FALÊNCIA / RECUPERAÇÃO JUDICIAL E EXTRAJUDICIAL

Certificamos que, em pesquisa realizada nos registros de distribuição de feitos de falência e recuperação ativos nos cartórios comuns e/ou especializados, em todas as comarcas do Estado da Paraíba, **nada consta** contra:

CNPJ: 40.403.942/0001-35

Razão Social: ERASMO ROBERTO RODRIGUES DO NASCIMENTO

Nome Fantasia: ESC SERVICOS E CONSULTORIA

Certidão emitida às 18:20 de 18/05/2024.

Validade 30 dias

- 
1. Esta certidão foi expedida gratuitamente, através da internet, com base na Resolução nº 17/2010, da Presidência do TJPB e na Resolução nº 121/2010 do CNJ.
  2. O número do documento constante nesta certidão foi informado pelo próprio solicitante. Sua autenticidade deverá ser conferida pelo interessado confrontando com o documento original (ex: CPF e RG).
  3. Esta certidão não terá validade para fins de instrução de processos judiciais, exceto ANTECEDENTES CRIMINAIS.
  4. A pesquisa é restrita aos dados fornecidos pelo solicitante, ficando ressalvados os registros cadastrados de forma diversa.
  5. A pesquisa foi realizada nos seguintes sistemas processuais: PJE1G, SISCOMV.
- 

Para confirmar a autenticidade deste documento acesse <http://app.tjpb.jus.br/certo/validarcertidao> e insira o código de validação: fU5k.Oc7O. Você pode também ler o código QR apresentado no cabeçalho.





ESTADO DA PARAÍBA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPEROÁ  
CERTIDÃO NEGATIVA DE TRIBUTOS MUNICIPAIS



14/05/2024

PROCESSO: 04/2024      NÚMERO DA CERTIDÃO: 2023/0054385      AUTENTICAÇÃO: 5005438

IDENTIFICAÇÃO DO REQUERENTE

C.N.P.J. / C.P.F. 40403942000135      CONTRIBUINTE ERASMO ROBERTO RODRIGUES DO NASCIMENTO -  
ENDEREÇO AV. GOV. DORGIVAL TERCEIRO NETO      NUMERO      CEP: 58680000  
UF: PB      CIDADE TAPEROÁ

FINALIDADE

FINS DE REGULARIDADE

NOTA

CERTIFICO que, após feita a busca nos nossos cadastros imobiliário e imobiliário, concluímos que nesta ocasião NÃO constam pendências em nome da pessoa acima identificada(requerente) relativas a tributos de competência deste Município, inscrição em Dívida Ativa ou Junto a Procuradoria Geral do Município.

Fica reservado o direito da Fazenda Pública Municipal de cobrar e inscrever quaisquer dívidas, de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado, que vierem a ser apuradas.

Esta CERTIDÃO refere-se tão somente à situação do sujeito passivo como identificado no âmbito desta Secretaria de Finanças, não abrangendo taxas, preços de competência de outras secretarias, sendo fixado o seu prazo de validade em 60 (sessenta) dias, nos termos da legislação de regência.

AUTORIDADE RESPONSÁVEL

Data da consulta: 02/01/2024 09:20:45

Identificação do Contribuinte - CNPJ Matriz

CNPJ: 40.403.942/0001-35

A opção pelo Simples Nacional deve ser feita até o fim de março de cada ano, antes do fechamento da declaração.

Nome Empresarial: ERASMO ROBERTO RODRIGUES DO NASCIMENTO

Situação Atual


Situação no Simples Nacional: Optante pelo Simples Nacional desde 14/01/2021

Situação no SIMEI: NÃO enquadrado no SIMEI

 Mais informações

[Voltar](#)

[Gerar PDF](#)



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

<div>NUMERO DE INSCRIÇÃO 40.403.942/0001-35 MATRIZ</div>	<div>COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL</div>	<div>DATA DE ABERTURA 14/01/2021</div>
--	---	--

NOME EMPRESARIAL  
ERASMO ROBERTO RODRIGUES DO NASCIMENTO

<div>TITULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) ESC - SERVICOS &amp; CONSULTORIA</div>	<div>PORTE ME</div>
--	-------------------------

CODIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL  
69.20-6-01 - Atividades de contabilidade

CODIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS  
62.04-0-00 - Consultoria em tecnologia da informação  
69.20-6-02 - Atividades de consultoria e auditoria contábil e tributária  
70.20-4-00 - Atividades de consultoria em gestão empresarial, exceto consultoria técnica específica  
82.11-3-00 - Serviços combinados de escritório e apoio administrativo  
82.91-1-00 - Atividades de cobranças e informações cadastrais  
85.99-6-04 - Treinamento em desenvolvimento profissional e gerencial

CODIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA  
213-5 - Empresário (Individual)

<div>LOGRADOURO AV GOV DORGIVAL TERCEIRO NETO</div>	<div>NUMERO 202</div>	<div>COMPLEMENTO ANDAR 01 SALA 01</div>
---	---------------------------	---

<div>CEP 59.500-000</div>	<div>BAIRRO/DISTRITO CENTRO</div>	<div>MUNICIPIO TAPERUA</div>	<div>UF RS</div>
-------------------------------	---------------------------------------	----------------------------------	----------------------

<div>ENDEREÇO ELETRÔNICO ERASMO.CONTADOR@HOTMAIL.COM</div>	<div>TELEFONE (83) 8707-1312/ (83) 9849-9446</div>
--	--

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)  
\*\*\*\*\*

<div>SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA</div>	<div>DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 14/01/2021</div>
---	--

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

<div>SITUAÇÃO ESPECIAL *****</div>	<div>DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****</div>
--	--

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.

Emitido no dia 28/11/2023 às 18:21:10 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1



05/01/24, 17:19

about:blank



**CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESTADO DA PARAÍBA  
CERTIDÃO DE HABILITAÇÃO PROFISSIONAL**

O CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESTADO DA PARAÍBA certifica que o(a) profissional identificado(a) no presente documento encontra-se habilitado para o exercício da profissão contábil.

**IDENTIFICAÇÃO DO REGISTRO**

NOME..... : ERASMO ROBERTO RODRIGUES DO NASCIMENTO  
REGISTRO..... : PB-010935/O-7  
CATEGORIA..... : CONTADOR  
CPF..... : \*\*\*.221.024-\*\*

A falsificação deste documento constitui-se em crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o autor à respectiva ação penal.

Emissão: PARAÍBA, 05/01/2024 as 17:15:40.

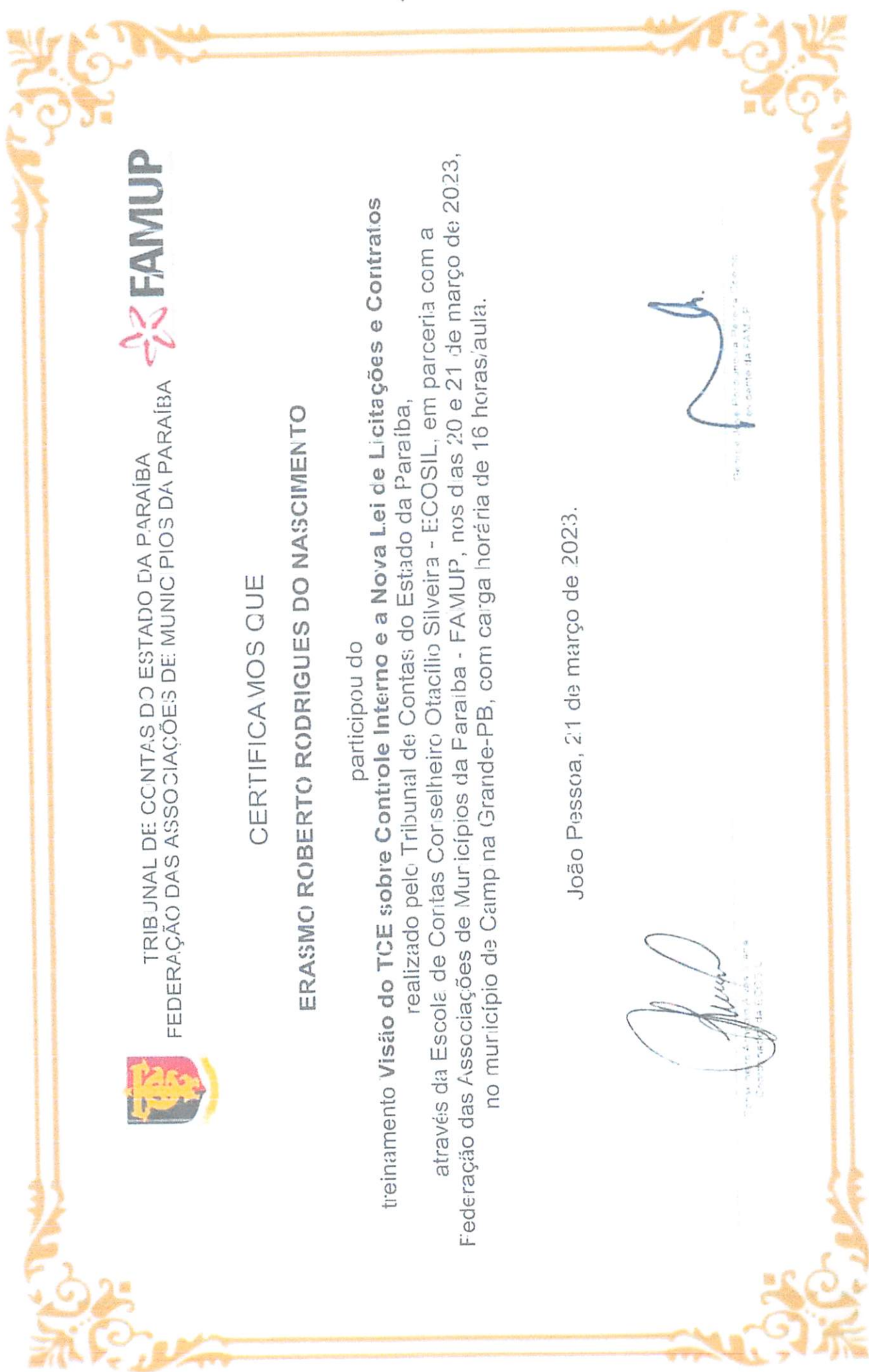
Válido até: 04/04/2024.

Código de Controle: 7539.6648.1995.9953.

Para verificar a autenticidade deste documento consulte o site do CRCPB.

about:blank

1/1





## DECLARAÇÃO

DECLARAMOS que, em conformidade com os arquivos constantes nos Registros Acadêmicos desta Pró-reitoria de Graduação, o(a) Sr.(a) **ERASMO ROBERTO RODRIGUES DO NASCIMENTO**, matrícula 081.25933-6, brasileira, natural de Taperoá - PB, RG nº 3177658, do sexo masculino, nascido(a) em 22/09/1985, concluiu o curso de **CIÊNCIAS CONTÁBEIS - BACHARELADO**, nesta Universidade Estadual da Paraíba, no ano de 2012, tendo colado grau no dia 21 de Dezembro de 2012. Para constar, eu, Isabella Sonaly Marques de Melo Silva, Responsável pelo Setor de Registro e Emissão de Diplomas, passei a presente declaração em 22 de Agosto de 2023.

Documento assinado eletronicamente por:

- Isabella Sonaly Marques de Melo Silva, Assistente Administrativo, em 22/08/2023 15:30:54.

Este documento foi emitido pelo SUAP em 22/08/2023. Para comprovar sua autenticidade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.uepb.edu.br/autenticar-documento/> e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 83356

Código de Autenticação: b84274b870





02/02/2021

Spiderware



## SERVIÇOS ONLINE



## Certidão

Imprimir



CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESTADO DO  
PARAÍBA  
CERTIDÃO DE REGULARIDADE CADASTRAL  
DE EMPRESÁRIO(INDIVIDUAL)

O CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESTADO D  
PARAÍBA certifica que a Organização Contábil identificada no presen  
documento encontra-se em situação regular.

## IDENTIFICAÇÃO DO REGISTRO

DENOMINAÇÃO....	: ERASMO ROBERTO RODRIGUES DO NASCIMENTO
NOME FANTASIA....	: ESC - SERVICOS & CONSULTORIA
REGISTRO.....	: PB-000980/O-6
CATEGORIA.....	: EMPRESÁRIO(INDIVIDUAL)
CNPJ.....	: 40.403.942/0001-35

A presente CERTIDÃO não quita nem invalida quaisquer débitos ou infrações que  
posteriormente, venham a ser apurados pelo CRCPB contra o referido registro.

A falsificação deste documento constitui-se em crime previsto no Código Per  
Brasileiro, sujeitando o autor à respectiva ação penal.

Emissão: PARAÍBA, 02/02/2021 as 15:29:43.

Válido até: 31/03/2021.

Código de Controle: 1945.1503.7567.3722 .

Para verificar a autenticidade deste documento consulte o site do CRCPB.

© 2021 Spiderware

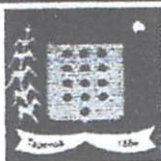
14/01/2021

<div><div>REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL</div><div>CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURIDICA</div></div>		
<div>NUMERO DE INSCRIÇÃO 40.403.942/0001-35 MATRIZ</div>	<div>COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL</div>	<div>DATA DE ABERTURA 14/01/2021</div>
<div>NOME EMPRESARIAL ERASMO ROBERTO RODRIGUES DO NASCIMENTO</div>		
<div>TITULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) ESC - SERVICOS &amp; CONSULTORIA</div>	<div>PORTE ME</div>	
<div>CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 69.20-6-01 - Atividades de contabilidade</div>		
<div>CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 62.04-0-00 - Consultoria em tecnologia da informação 69.20-6-02 - Atividades de consultoria e auditoria contábil e tributária 70.20-4-00 - Atividades de consultoria em gestão empresarial, exceto consultoria técnica específica 82.11-3-00 - Serviços combinados de escritório e apoio administrativo 82.91-1-00 - Atividades de cobranças e informações cadastrais 85.99-6-04 - Treinamento em desenvolvimento profissional e gerencial</div>		
<div>CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURIDICA 213-5 - Empresário (Individual)</div>		
<div>LOGRADOURO AV GOV DORIVAL TERCEIRO NETO</div>	<div>NUMERO 202</div>	<div>COMPLEMENTO ANDAR 01 SALA 01</div>
<div>CEP 58.680-000</div>	<div>BAIRRO/DISTRITO CENTRO</div>	<div>MUNICIPIO TAPEROA</div>
<div>UF PB</div>		
<div>ENDEREÇO ELETRÔNICO ERASMO.CONTADOR@HOTMAIL.COM</div>		<div>TELEFONE (83) 8707-1312/ (83) 9849-9446</div>
<div>ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****</div>		
<div>SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA</div>	<div>DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 14/01/2021</div>	
<div>MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL</div>		
<div>SITUAÇÃO ESPECIAL *****</div>	<div>DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****</div>	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia 14/01/2021 às 22:43:00 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1



**ESTADO DA PARAÍBA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPEROA**  
**SECRETARIA DE FINANÇAS**

**ALVARÁ**

**LOCALIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO**

**PROCESSO - Nº:** 00112021  
**Contribuinte:** ERASMO ROBERTO RODRIGUES DO NASCIMENTO - ME  
**Localização:** AV. GOVERNADOR DORIVAL TERCEIRO NETO, Nº 202, ANDAR 01, SALA 01, TAPEROÁ-PB.  
**Inscrição Municipal:** 00112021 **CPF/CNPJ:** 40.403.942/0001-35  
**Atividades:** Atividade principal: ATIVIDADES DE CONTABILIDADE  
 Atividade secundária: CONSULTORIA EM TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

Nos termos da legislação específica vigente, CONCEDEMOS a LICENÇA PARA LOCALIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO acima especificada, válido enquanto satisfazer as exigências legais.

em , 13/03/2023

VALIDADE: 12/02/2024

*[Handwritten Signature]*  
 JOSE EDUARDO DE OLIVEIRA  
 FISCAL DE TRIBUTOS  
 FISCAL DE TRIBUTOS

Este documento deverá ser afixado em local visível e apresentado a fiscalização quando solicitado.



SERVIÇO NOTARIAL E  
 REGISTRAL DE TAPEROÁ

Manuela Maia - Tabelião/Oficiala  
 Tv. Francisco Queiroz, 19 - Centro - CEP: 58680-000  
 Tel.: (83) 99652-7335 - cartoriotaperoa@gmail.com

**AUTENTICACAO No 2023-000260**

Autentico a presente copia, reproducao fiel do original  
 apresentado. Em testemunho da verdade.  
 Taperoa - PB, 13/03/2023 12:45:54  
 EMOL: R\$ 3,13 FEPJ: R\$ 0,03 FARPEN R\$ 0,38 ISS: R\$ 0,00  
 SELO DIGITAL: ANX08309-WJR7  
 Confira a autenticidade em <https://selodigital.tpb.jus.br>



*[Handwritten Signature]*  
 LUCAS VINICIUS MONTEIRO LIMA





ESTADO DA PARAÍBA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPEROÁ  
CERTIDÃO NEGATIVA DE TRIBUTOS MUNICIPAIS

37  
13/03/2023

PROCESSO: 01/2023      NÚMERO DA CERTIDÃO: 2021/0054385      AUTENTICAÇÃO: 5005438

IDENTIFICAÇÃO DO REQUERENTE

C.N.P.J. / C. P. F. 40403942000135    CONTRIBUINTE: ERASMO ROBERTO RODRIGUES DO NASCIMENTO - ME  
ENDEREÇO: AV. GOV. DORGIVAL TERCEIRO NETO    NÚMERO:    CEP: 58680000  
UF: PB    CIDADE: TAPEROÁ

FINALIDADE

FINS DE REGULARIDADE FISCAL.

NOTA

CERTIFICO que, apos feita a busca nos nossos cadastros, mobiliario e imobiliario, concluímos que nesta ocasião não constam pendencias em nome da pessoa acima identificada(requerente), relativas a tributos de competencia deste Municipio, inscrição em Divida Ativa ou Junto a Procuradoria Geral do Municipio.

Fica ressalvado o direito da Fazenda Publica Municipal de cobrar e inscrever quaisquer divida, de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado, que vierem a ser apuradas.

Esta CERTIDÃO refere-se tão somente a situação do sujeito passivo acima identificado no ambito desta Secretaria de Finanças, não abrangendo taxas, preço de competencia de outras secretarias, sendo fixado o seu prazo de validade em 90(noventa) dias, nos termos da legislação de regência.

Edwin A. de Gouveia  
FISCAL DE TRIBUTOS  
FISCAL DE TRIBUTOS



SERVIÇO NOTARIAL E  
REGISTRAL DE TAPEROÁ

Manuela Maia - Tabelião/Oficial

Tv. Francisco Queiroz, 19 - Centro - CEP: 58680-000  
Tel.: (83) 99652-7335 - cartoriotaperoa@gmail.com

AUTENTICACAO N<sup>o</sup> 2023-000269

Autentico a presente copia, reproducao fiel do original  
apresentado. Em testemunho da verdade.  
Taperoá - PB, 13/03/2023 12:45:53  
EMOI - R\$ 3,13 FEPJ: R\$ 0,83 FARPEN R\$ 0,30 ISS: R\$ 0,00  
SELO DIGITAL: ANX08308-00HK  
Confira a autenticidade em <https://selodigital.tjpb.jus.br>



LUCAS VINICIUS MONTEIRO LIMA







**ESTADO DA PARAÍBA**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE BONITO DE SANTA FÉ**  
**"CASA DE ANTONIO DIAS DE LIMA"**  
**CNPJ 12.722.468/0001-79**

DISPENSA Nº DV00007/2024  
 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 240322DV00007

CONTRATO Nº: DV00007-01/2024-CPL

TERMO DE CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM A CÂMARA MUNICIPAL DE BONITO DE SANTA FÉ E ERASMO ROBERTO RODRIGUES DO NASCIMENTO, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONFORME DISCRIMINADO NESTE INSTRUMENTO NA FORMA ABAIXO:

Pelo presente instrumento particular de contrato, de um lado Câmara Municipal de Bonito de Santa Fé - Rua José Arruda de Sousa, S/N. Centro, Bonito de Santa Fé - PB, CNPJ nº 12.722.468/0001-79, neste ato representada pelo Presidente José Soares de Brito Filho, Brasileiro, Casado, Téc. Agrícola, residente e domiciliado na Avenida Batista Leite, 23 - 1º andar - Centro - Bonito de Santa Fé - PB, CPF nº 203.522.984-72, Carteira de Identidade nº 336547 SSP/PB, doravante simplesmente CONTRATANTE, e do outro lado ERASMO ROBERTO RODRIGUES DO NASCIMENTO, inscrita no CNPJ sob o nº 40.403.942/0001-35, sediada na Av. Gov Dorgival Terceiro Neto nº 202 - Andar 01 Sala 01, Centro, Taperoá, Estado da Paraíba, CEP: 58.680-000, neste ato representada por Erasmo Roberto Rodrigues do Nascimento, brasileiro, casado, contador, portador do CPF nº 061.221.024-31 e do RG nº 3177658 SSP/PB, residente na Rua Severino Andrade de Farias nº 23, São José, Taperoá/PB, doravante simplesmente CONTRATADO, decidiram as partes contratantes assinar o presente contrato, o qual se regerá pelas cláusulas e condições seguintes:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DOS FUNDAMENTOS:**

Este contrato decorre da Dispensa de Licitação nº DV00007/2024, processada nos termos da Lei Federal nº 14.133, de 01 de Abril de 2021; Lei Complementar nº 123, de 14 de Dezembro de 2006; e legislação pertinente, consideradas as alterações posteriores das referidas normas, às quais os contratantes estão sujeitos como também às cláusulas deste contrato.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO:**

O presente contrato, cuja lavratura foi autorizada, tem por objeto: CONTRATAÇÃO DOS SERVIÇOS DE ASSESSORIA EM GESTÃO E PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO, PARA A CÂMARA MUNICIPAL BONITO DE SANTA FÉ - PB.

O serviço deverá ser executado rigorosamente de acordo com as condições expressas neste instrumento, proposta apresentada, especificações técnicas correspondentes, processo de Dispensa de Licitação nº DV00007/2024 e instruções do Contratante, documentos esses que ficam fazendo partes integrantes do presente contrato, independente de transcrição.

**CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR E PREÇOS:**

O valor total deste contrato, a base do preço proposto, é de R\$ 27.000,00 (Vinte e sete mil reais).

Representado por: 09 (nove) parcelas no valor de R\$ 3.000,00 (Três mil reais).

**CLÁUSULA QUARTA - DO REAJUSTAMENTO EM SENTIDO ESTRITO:**

Os preços contratados são fixos e irredutíveis no prazo de um ano.

Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação do Contratado, os preços poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, na mesma proporção da variação verificada no IPCA-IBGE acumulado, tomando-se por base o mês do orçamento estimado, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica o Contratado obrigado a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

O reajuste poderá ser realizado por apostilamento.



O prazo para resposta ao pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro, quando for o caso, será de até 1 (um) mês, contado da data do fornecimento da documentação comprobatória do fato imprevisível ou previsível de consequência incalculável, observadas as disposições dos Arts. 124 a 136, da Lei 14.133/21.

#### CLÁUSULA QUINTA - DA DOTAÇÃO:

As despesas correrão por conta da seguinte dotação, constante do orçamento vigente: recursos próprios da Câmara Municipal de Bonito de Santa Fé: 0011 3.3.90.39 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA JURÍDICA.

#### CLÁUSULA SEXTA - DO PAGAMENTO:

O pagamento será efetuado mediante processo regular e em observância às normas e procedimentos adotados pelo Contratante, bem como as disposições dos Arts. 141 a 146 da Lei 14.133/21; da seguinte maneira: Para ocorrer no prazo de trinta dias, contados do período de adimplemento.

#### CLÁUSULA SÉTIMA - DOS PRAZOS E DA VIGÊNCIA:

Os prazos máximos de início de etapas de execução e de conclusão do objeto ora contratado, que admitem prorrogação nas condições e hipóteses previstas na Lei 14.133/21, estão abaixo indicados e serão considerados da assinatura do Contrato:

- a - Início: Imediato;
- b - Conclusão: 09 (nove) meses.

A vigência do presente contrato será determinada: até o final do exercício financeiro de 2024, considerada da data de sua assinatura; podendo ser prorrogada, nas hipóteses e nos termos dos Arts. 105 a 114, da Lei 14.133/21.

#### CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE:

- a - Efetuar o pagamento relativo a execução do serviço efetivamente realizado, de acordo com as respectivas cláusulas do presente contrato;
- b - Proporcionar ao Contratado todos os meios necessários para a fiel execução do serviço contratado;
- c - Notificar o Contratado sobre qualquer irregularidade encontrada quanto à qualidade do serviço, exercendo a mais ampla e completa fiscalização, o que não exime o Contratado de suas responsabilidades contratuais e legais;
- d - Designar representantes com atribuições de Gestor e Fiscal deste contrato, nos termos da norma vigente, especialmente para acompanhar e fiscalizar a sua execução, respectivamente, permitida a contratação de terceiros para assistência e subsídio de informações pertinentes a essas atribuições;
- e - Observar, em compatibilidade com o objeto deste contrato, as disposições dos Arts. 115 a 123 da Lei 14.133/21.

#### CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO:

- a - Executar devidamente o serviço descrito na Cláusula correspondente do presente contrato, dentro dos melhores parâmetros de qualidade estabelecidos para o ramo de atividade relacionada ao objeto contratual, com observância aos prazos estipulados;
- b - Responsabilizar-se por todos os ônus e obrigações concernentes à legislação fiscal, civil, tributária e trabalhista, bem como por todas as despesas e compromissos assumidos, a qualquer título, perante seus fornecedores ou terceiros em razão da execução do objeto contratado;
- c - Manter preposto capacitado e idôneo, aceito pelo Contratante, quando da execução do contrato, que o represente integralmente em todos os seus atos;
- d - Permitir e facilitar a fiscalização do Contratante devendo prestar os informes e esclarecimentos solicitados;
- e - Ser responsável pelos danos causados diretamente ao Contratante ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado;
- f - Não ceder, transferir ou subcontratar, no todo ou em parte, o objeto deste instrumento, sem o conhecimento e a devida autorização expressa do Contratante;
- g - Manter, durante a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de regularidade e qualificação exigidas no respectivo processo de contratação direta, apresentando ao Contratante os documentos necessários, sempre que solicitado;
- h - Cumprir a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas, ao longo de toda a execução do contrato, e sempre que solicitado pelo Contratante, deverá comprovar o cumprimento dessa reserva de cargos, com a indicação dos empregados que preencherem as referidas vagas;
- i - Observar, em compatibilidade com o objeto deste contrato, as disposições dos Arts. 115 a 123 da Lei 14.133/21.

#### CLÁUSULA DÉCIMA - DA ALTERAÇÃO E EXTINÇÃO:

Este contrato poderá ser alterado com a devida justificativa, unilateralmente pelo Contratante ou por acordo entre as partes, nos casos e condições previstas nos Arts. 124 a 136 e sua extinção, formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, ocorrerá nas hipóteses e disposições dos Arts. 137 a 139, todos da Lei 14.133/21 nas alterações unilaterais a que se refere o inciso I, do caput do Art. 124, da Lei 14.133/21, o Contratado será obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões que se fizerem nos serviços, de até o respectivo limite fixado no Art. 125, do mesmo diploma legal, do valor inicial atualizado do contrato. Nenhum acréscimo ou supressão



poderá exceder o limite estabelecido, salvo as supressões resultantes de acordo celebrado entre os contratantes.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO RECEBIMENTO:

Executada a presente contratação e observadas as condições de adimplemento das obrigações pactuadas, os procedimentos e condições para receber o seu objeto pelo Contratante obedecerão, conforme o caso, às disposições do Art. 140, da Lei 14.133/21.

Por se tratar de serviço, a assinatura do termo detalhado de recebimento provisório, se dará pelas partes, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico, até 15 (quinze) dias da comunicação escrita do Contratado. No caso do termo detalhado de recebimento definitivo, será emitido e assinatura pelas partes, apenas após o decurso do prazo de observação ou vistoria, que comprove o atendimento das exigências contratuais, não podendo esse prazo ser superior a 90 (noventa) dias, salvo em casos excepcionais, devidamente justificados.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS PENALIDADES:

O Contratado será responsabilizado administrativamente, facultada a defesa no prazo legal do interessado, pelas infrações previstas no Art. 155, da Lei 14.133/21 e serão aplicadas, na forma, condições, regras, prazos e procedimentos definidos nos Arts. 156 a 163, do mesmo diploma legal, as seguintes sanções: a - advertência aplicada exclusivamente pela infração administrativa de dar causa à inexecução parcial do contrato, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave; b - multa de mora de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) aplicada sobre o valor do contrato, por dia de atraso injustificado na execução do objeto da contratação; c - multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato por qualquer das infrações administrativas previstas no referido Art. 155; d - impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo de dois anos, aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido Art. 155, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave; e - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo de cinco anos, aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do referido Art. 155, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do mesmo artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no § 4º do referido Art. 156; f - aplicação cumulada de outras sanções previstas na Lei 14.133/21.

Se o valor da multa ou indenização devida não for recolhido no prazo de 15 dias após a comunicação ao Contratado, será automaticamente descontado da primeira parcela do pagamento a que o Contratado vier a fazer jus, acrescido de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, ou, quando for o caso, cobrado judicialmente.

#### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA COMPENSAÇÃO FINANCEIRA:

Nos casos de eventuais atrasos de pagamento nos termos deste instrumento, e desde que o Contratado não tenha concorrido de alguma forma para o atraso, será admitida a compensação financeira, devida desde a data limite fixada para o pagamento até a data correspondente ao efetivo pagamento da parcela. Os encargos moratórios devidos em razão do atraso no pagamento serão calculados com utilização da seguinte fórmula:  $EM = N \times VP \times I$ , onde: EM = encargos moratórios; N = número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; VP = valor da parcela a ser paga; e I = índice de compensação financeira, assim apurado:  $I = (TX \div 100) \div 365$ , sendo TX = percentual do IPCA-IBGE acumulado nos últimos doze meses ou, na sua falta, um novo índice adotado pelo Governo Federal que o substitua. Na hipótese do referido índice estabelecido para a compensação financeira venna a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO FORO:

Para dirimir as questões decorrentes deste contrato, as partes elegem o Foro da Comarca de Bonito de Santa Fé.

E, por estarem de pleno acordo, foi lavrado o presente contrato em 02(duas) vias, o qual vai assinado pelas partes e por duas testemunhas.


Bonito de Santa Fé - PB, 02 de Abril de 2024.

TESTEMUNHAS

PELO CONTRATANTE

JOSE SOARES DE BRITO FILHO  
Presidente  
203.522.984-72

PELO CONTRATADO

  
ERASMO ROBERTO RODRIGUES DO NASCIMENTO  
Erasmo Roberto Rodrigues do Nascimento  
061.221.024-31



ESTADO DA PARAÍBA  
MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DOS CORDEIROS - PREFEITURA  
SECRETARIA DE FINANÇAS  
ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA

Nota Fiscal: 000032/2024



Identificador  
0010862024

NOTA FISCAL DE SERVIÇO ELETRÔNICA - NFS-e

DETALHAMENTO DA NOTA FISCAL					
NÚMERO	EMIÇÃO		VALOR		
000032	18/04/2024		R\$ 3.000,00		
PRESTADOR DE SERVIÇO					
CPF/CNPJ	Nome/Razão Social				
40.403.942/0001-35	ERASMO ROBERTO RODRIGUES DO NASCIMENTO - ESC CONSULTORIA				
Endereço	Número	Bairro	Telefone		
AV DORIVAL TERCEIRO NETO	202	CENTRO	Não Informado.		
Cidade	UF	CEP	Inscrição Municipal	Inscrição Estadual	Mei
Taperoá	PB	58680000	-	-	Não
TOMADOR DE SERVIÇO					
CPF/CNPJ	Nome/Razão Social				
35.578.012/0001-82	SAO JOSE DOS CORDEIROS CAMARA MUNICIPAL				
Endereço	Número	Bairro	Telefone		
EULAMPIA SOUSA E SILVA	SN	CENTRO	Não Informado.		
Cidade	UF	CEP	Inscrição Municipal	Inscrição Estadual	Mei
São José dos Cordeiros	PB	58570000	-	-	Não
DETALHAMENTO DA NOTA					
Natureza do Serviço					
17.01 - Assessoria ou consultoria de qualquer natureza, não contida em outros itens desta lista; análise, exame, pesquisa, coleta, compilação e fornecimento de dados e informações de qualquer natureza, inclusive cadastro e similares.					
Descriminação do Serviço					
ASSESSORIA EM GESTÃO E PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO. REFERENCIA ABRIL/2024.					
DADOS BANCÁRIOS					
BANCO SICOOB					
CONTA CORRENTE: 169414-6					
AGENCIA: 4293					
Município de Prestação			Data de Emissão		
São José dos Cordeiros			18/04/2024		
ISS - Não Tributavel			Valor da Nota		R\$ 3.000,00
Base de Cálculo do INSS R\$ 0,00			Valor do INSS		R\$ 0,00
Base de Cálculo do IRRF R\$ 0,00			Valor do IRRF		R\$ 0,00
			Valor da Nota - Impostos e Tributos		R\$ 3.000,00

Para verificar a autenticidade deste documento acesse <http://validador.infopublicpb.com.br/NF/validadorNF> e insira o código:  
35202800028150640841455

Recebi(emos) de ERASMO ROBERTO RODRIGUES DO NASCIMENTO - ESC CONSULTORIA  
o(s) serviço(s) constante(s) desta Nota Fiscal de Serviço de número: 000032 \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.  
Ass. Cliente \_\_\_\_\_





ESTADO DA PARAÍBA  
MUNICÍPIO DE BOA VISTA - PREFEITURA  
SECRETARIA DE FINANÇAS  
ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA

Nota Fiscal: 000033/2024



Identificador  
0010872024

NOTA FISCAL DE SERVIÇO ELETRÔNICA - NFS-e

DETALHAMENTO DA NOTA FISCAL					
NÚMERO 000033		EMIÇÃO 18/04/2024		VALOR R\$ 3.000,00	
PRESTADOR DE SERVIÇO					
CPF/CNPJ 40.403.942/0001-35		Nome/Razão Social ERASMO ROBERTO RODRIGUES DO NASCIMENTO - ESC CONSULTORIA			
Endereço AV DORGIVAL TERCEIRO NETO		Número 202	Bairro CENTRO	Telefone Não Informado.	
Cidade Taperoá	UF PB	CEP 58680000	Inscrição Municipal -	Inscrição Estadual -	Mei Não
TOMADOR DE SERVIÇO					
CPF/CNPJ 02.307.198/0001-86		Nome/Razão Social BOA VISTA CAMARA MUNICIPAL			
Endereço BOM JESUS		Número SN	Bairro CENTRO	Telefone Não Informado.	
Cidade Boa Vista	UF PB	CEP 58123000	Inscrição Municipal ISENTO	Inscrição Estadual ISENTO	Mei Não
DETALHAMENTO DA NOTA					
Natureza do Serviço 17.01 - Assessoria ou consultoria de qualquer natureza, não contida em outros itens desta lista; análise, exame, pesquisa, coleta, compilação e fornecimento de dados e informações de qualquer natureza, inclusive cadastro e similares.					
Descrição do Serviço ASSESSORIA EM GESTÃO E PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO - REFERENCIA ABRIL/2024					
DADOS BANCÁRIOS BANCO SICOOB CONTA CORRENTE: 169.414-6 AGENCIA: 4293 CNPJ 40.403.942/0001-35					
Município de Prestação Boa Vista			Data de Emissão 18/04/2024		
ISS - Não Tributável			Valor da Nota R\$ 3.000,00		
Base de Cálculo do INSS R\$ 0,00			Valor do INSS R\$ 0,00		
Base de Cálculo do IRRF R\$ 0,00			Valor do IRRF R\$ 0,00		
			Valor da Nota - Impostos e Tributos R\$ 3.000,00		

Para verificar a autenticidade deste documento acesse <http://validador.infopublicpb.com.br/NF/validadorNF> e insira o código:  
55259801321040741121401

Recebi(emos) de ERASMO ROBERTO RODRIGUES DO NASCIMENTO - ESC CONSULTORIA  
o(s) serviço(s) constante(s) desta Nota Fiscal de Serviço de número: 000033 \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.  
Ass. Cliente \_\_\_\_\_



ESTADO DA PARAÍBA  
MUNICÍPIO DE CUITÉ - PREFEITURA  
SECRETARIA DE FINANÇAS  
ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA

Nota Fiscal: 000034/2024



Identificador  
0010882024

NOTA FISCAL DE SERVIÇO ELETRÔNICA - NFS-e

DETALHAMENTO DA NOTA FISCAL						
NÚMERO 000034		EMIÇÃO 18/04/2024		VALOR R\$ 3.000,00		
PRESTADOR DE SERVIÇO						
CPF/CNPJ 40.403.942/0001-35		Nome/Razão Social ERASMO ROBERTO RODRIGUES DO NASCIMENTO - ESC CONSULTORIA				
Endereço AV DORGIVAL TERCEIRO NETO		Número 202	Bairro CENTRO	Telefone Não Informado.		
Cidade Taperoá	UF PB	CEP 58680000	Inscrição Municipal -	Inscrição Estadual -	Mei Não	
TOMADOR DE SERVIÇO						
CPF/CNPJ 10.761.708/0001-19		Nome/Razão Social CAMARA MUNICIPAL DE CUITÉ - PB				
Endereço RUA 15 DE NOVEMBRO		Número 55	Bairro CENTRO	Telefone Não Informado.		
Cidade Cuité	UF PB	CEP 58175000	Inscrição Municipal -	Inscrição Estadual -	Mei Não	
DETALHAMENTO DA NOTA						
Natureza do Serviço 17.01 - Assessoria ou consultoria de qualquer natureza, não contida em outros itens desta lista; análise, exame, pesquisa, coleta, compilação e fornecimento de dados e informações de qualquer natureza, inclusive cadastro e similares.						
Descrição do Serviço ASSESSORIA EM GESTÃO E PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO - REFERENCIA ABRIL/2024  DADOS BANCÁRIOS BANCO SICOOB CONTA CORRENTE: 169.414-6 AGENCIA: 4293 CNPJ 40.403.942/0001-35						
Município de Prestação Cuité				Data de Emissão 18/04/2024		
ISS - Não Tributável				Valor da Nota R\$ 3.000,00		
Base de Cálculo do INSS R\$ 0,00				Valor do INSS R\$ 0,00		
Base de Cálculo do IRRF R\$ 0,00				Valor do IRRF R\$ 0,00		
				Valor da Nota - Impostos e Tributos R\$ 3.000,00		

Para verificar a autenticidade deste documento acesse <http://validador.infopublicpb.com.br/NF/validadorNF> e insira o código:  
15205805223020841151479

Recebi(emos) de ERASMO ROBERTO RODRIGUES DO NASCIMENTO - ESC CONSULTORIA  
o(s) serviço(s) constante(s) desta Nota Fiscal de Serviço de número: 000034 \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.  
Ass. Cliente \_\_\_\_\_





ESTADO DA PARAÍBA  
MUNICÍPIO DE TAPERÓA - PREFEITURA  
SECRETARIA DE FINANÇAS  
ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA

Nota Fiscal: 000035/2024



Identificador  
0010892024

NOTA FISCAL DE SERVIÇO ELETRÔNICA - NFS-e

DETALHAMENTO DA NOTA FISCAL					
NÚMERO 000035		EMISSÃO 18/04/2024		VALOR R\$ 3.000,00	
PRESTADOR DE SERVIÇO					
CPF/CNPJ 40.403.942/0001-35		Nome/Razão Social ERASMO ROBERTO RODRIGUES DO NASCIMENTO - ESC CONSULTORIA			
Endereço AV DORGIVAL TERCEIRO NETO		Número 202	Bairro CENTRO	Telefone Não Informado.	
Cidade Taperoá	UF PB	CEP 58680000	Inscrição Municipal -	Inscrição Estadual -	Mei Não
TOMADOR DE SERVIÇO					
CPF/CNPJ 02.931.144/0001-97		Nome/Razão Social CÂMARA MUNICIPAL DE TAPERÓA			
Endereço JOÃO MOTA DA SILVA		Número 01	Bairro CENTRO	Telefone 8334632000	
Cidade Taperoá	UF PB	CEP 58680000	Inscrição Municipal -	Inscrição Estadual -	Mei Não
DETALHAMENTO DA NOTA					
Natureza do Serviço 17.01 - Assessoria ou consultoria de qualquer natureza, não contida em outros itens desta lista; análise, exame, pesquisa, coleta, compilação e fornecimento de dados e informações de qualquer natureza, inclusive cadastro e similares.					
Descriminação do Serviço ASSESSORIA EM GESTÃO E PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO. REF 04/2024.					
Município de Prestação Taperoá			Data de Emissão 18/04/2024		
ISS - Não Tributável			Valor da Nota R\$ 3.000,00		
Base de Cálculo do INSS R\$ 0,00			Valor do INSS R\$ 0,00		
Base de Cálculo do IRRF R\$ 0,00			Valor do IRRF R\$ 0,00		
			Valor da Nota - Impostos e Tributos R\$ 3.000,00		

Para verificar a autenticidade deste documento acesse <http://validador.infopublicpb.com.br/NF/ValidadorNF> e insira o código:  
55201808221160944561415

Recebi(emos) de ERASMO ROBERTO RODRIGUES DO NASCIMENTO - ESC CONSULTORIA  
o(s) serviço(s) constante(s) desta Nota Fiscal de Serviço de número, 000035, de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_  
Ass. Cliente \_\_\_\_\_





ESTADO DA PARAÍBA  
MUNICÍPIO DE JUAZEIRINHO - PREFEITURA  
SECRETARIA DE FINANÇAS  
ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA

Nota Fiscal: 000036/2024



Identificador  
0010902024

NOTA FISCAL DE SERVIÇO ELETRÔNICA - NFS-e

DETALHAMENTO DA NOTA FISCAL					
NÚMERO 000036		EMIÇÃO 18/04/2024		VALOR R\$ 3.000,00	
PRESTADOR DE SERVIÇO					
CPF/CNPJ 40.403.942/0001-35		Nome/Razão Social ERASMO ROBERTO RODRIGUES DO NASCIMENTO - ESC CONSULTORIA			
Endereço AV DORGVAL TERCEIRO NETO		Número 202	Bairro CENTRO	Telefone Não Informado.	
Cidade Taperoa	UF PB	CEP 58680000	Inscrição Municipal -	Inscrição Estadual -	Mei Não
TOMADOR DE SERVIÇO					
CPF/CNPJ 00.435.934/0001-56		Nome/Razão Social CAMARA MUNICIPAL DE JUAZEIRINHO			
Endereço PC JOAO PESSOA		Número 05	Bairro CENTRO	Telefone Não Informado.	
Cidade Juazeirinho	UF PB	CEP 58660000	Inscrição Municipal -	Inscrição Estadual -	Mei Não
DETALHAMENTO DA NOTA					
Natureza do Serviço 17.01 - Assessoria ou consultoria de qualquer natureza, não contida em outros itens desta lista; análise, exame, pesquisa, coleta, compilação e fornecimento de dados e informações de qualquer natureza, inclusive cadastro e similares.					
Descrição do Serviço ASSESSORIA EM GESTÃO E PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO. REFERENCIA ABRIL/2024.					
DADOS BANCÁRIOS: BANCO SICOOB: 756 CONTA CORRENTE: 169.414-6 AGENCIA: 4293 PIX CNPJ: 40.403.942/0001-35					
Município de Prestação Juazeirinho			Data de Emissão 18/04/2024		
ISS - Não Tributável			Valor da Nota		R\$ 3.000,00
Base de Cálculo do INSS R\$ 0,00			Valor do INSS		R\$ 0,00
Base de Cálculo do IRRF R\$ 0,00			Valor do IRRF		R\$ 0,00
			Valor da Nota - Impostos e Tributos		R\$ 3.000,00

Para verificar a autenticidade deste documento acesse <http://validador.infopublicpb.com.br/NF/ValidadorNF> e insira o código:  
65202905521070041771461

Recebi(emos) de ERASMO ROBERTO RODRIGUES DO NASCIMENTO - ESC CONSULTORIA  
o(s) serviço(s) constantes desta Nota Fiscal de Serviço de número 000036  
Ass. Cliente \_\_\_\_\_



ESTADO DA PARAÍBA  
MUNICÍPIO DE DESTERRO - PREFEITURA  
SECRETARIA DE FINANÇAS  
ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA

Nota Fiscal: 000029/2024



Identificador  
0010052024

NOTA FISCAL DE SERVIÇO ELETRÔNICA - NFS-e

DETALHAMENTO DA NOTA FISCAL						
NÚMERO 000029		EMIÇÃO 11/04/2024		VALOR R\$ 10.000,00		
PRESTADOR DE SERVIÇO						
CPF/CNPJ 40.403.942/0001-35		Nome/Razão Social ERASMO ROBERTO RODRIGUES DO NASCIMENTO - ESC CONSULTORIA				
Endereço AV DORGMAL TERCEIRO NETO		Número 202	Bairro CENTRO	Telefone Não Informado.		
Cidade Taperoá	UF PB	CEP 58680000	Inscrição Municipal -	Inscrição Estadual -	Mei Não	
TOMADOR DE SERVIÇO						
CPF/CNPJ 08.925.968/0001-30		Nome/Razão Social PREFEITURA MUNICIPAL DE DESTERRO				
Endereço R CORONEL JUECA		Número SN	Bairro CENTRO	Telefone Não Informado.		
Cidade Desterro	UF PB	CEP 58695000	Inscrição Municipal -	Inscrição Estadual -	Mei Não	
DETALHAMENTO DA NOTA						
Natureza do Serviço 17.01 - Assessoria ou consultoria de qualquer natureza, não contida em outros itens desta lista; análise, exame, pesquisa, coleta, compilação e fornecimento de dados e informações de qualquer natureza, inclusive cadastro e similares.						
Descrição do Serviço ATUALIZAÇÃO DE TODOS OS PRESIDENTES DE CONSELHO ESCOLARES DO MUNICIPIO POR MEIO DO DBE (DOCUMENTO BASICO DE ENTRADA) BEM COMO A REGULARIZAÇÃO DE TODAS AS PENDENCIAS E OBRIGAÇÕES FISCAIS .						
Município de Prestação Desterro				Data de Emissão 11/04/2024		
ISS - Não Tributável				Valor da Nota R\$ 10.000,00		
Base de Cálculo do INSS R\$ 0,00				Valor do INSS R\$ 0,00		
Base de Cálculo do IRRF R\$ 0,00				Valor do IRRF R\$ 0,00		
				Valor da Nota - Impostos e Tributos R\$ 10.000,00		

Para verificar a autenticidade deste documento acesse <http://validador.infopublicpb.com.br/NF/ValidadorNF> e insira o código:  
15204002121080541451492

Recebi(emos) de ERASMO ROBERTO RODRIGUES DO NASCIMENTO - ESC CONSULTORIA  
o(s) serviço(s) constante(s) desta Nota Fiscal de Serviço de número. 000029 \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_  
Ass. Cliente \_\_\_\_\_



INSTRUMENTO DE INSCRIÇÃO DE EMPRESÁRIO INDIVIDUAL  
ERASMO ROBERTO RODRIGUES DO NASCIMENTO

Pelo presente instrumento particular de Ato Constitutivo

ERASMO ROBERTO RODRIGUES DO NASCIMENTO, brasileiro, casado em regime parcial de bens, natural da cidade de Taperoá - PB, nascido no dia 22/09/1985, portador da Carteira de identidade (RG) n.º 21.77958, expedida por SSP/PB em 18/11/2003, e CPF 061.221.024-31, residente domiciliado à Rua Severino Andrade de Farias, 24, São José, Taperoá - PB, CEP-58.680-000.

Resolve constituir, como empresário individual, mediante as seguintes cláusulas (art. 998, I, CC)

**CLÁUSULA I - DO NOME EMPRESARIAL (art. 968, II, CC)**

O empresário individual adotar, como nome empresarial a firma **ERASMO ROBERTO RODRIGUES DO NASCIMENTO**, e usará a expressão **ESC - SERVIÇOS E CONSULTORIA**, como nome fantasia.

**CLÁUSULA II - DO CAPITAL (art. 965, III, CC)**

O capital será de R\$ 30.000 (trinta mil reais) totalmente subscrito e integralizado, neste ato, da seguinte forma: R\$ 30.000 (trinta mil) em moeda corrente do país.

**CLÁUSULA III - DA SEDE (art. 968, II, CC)**

O empresário individual terá sua sede no seguinte endereço: AV. GOV. DORGIVAL TERCEIRO NETO, 202, 1º Andar, Sala 01, Centro - Taperoá/PB, CEP: 58.680-000.

**CLÁUSULA IV - DO OBJETIVO SOCIAL**

O empresário individual terá por objeto o exercício das seguintes atividades econômicas: Atividades de contabilidade; Atividades de consultoria e auditoria contábil e tributária; Atividades de consultoria em gestão empresarial, exceto consultoria técnica específica; Serviços combinados de escritório e apoio administrativo; Treinamento em desenvolvimento profissional e gerencial; Consultoria em tecnologia da informação; Atividades de cobrança e informações cadastrais; (Com o registro de Profissional Habilitado).

**Parágrafo Único.** Em estabelecimento eleito como Sede (Matriz) serão exercidas a(s) atividade(s) Atividades de contabilidade; Atividades de consultoria e auditoria contábil e tributária; Atividades de consultoria em gestão empresarial, exceto consultoria técnica específica; Serviços combinados de escritório e apoio administrativo; Treinamento em desenvolvimento profissional e gerencial; Consultoria em tecnologia da informação; Atividades de cobrança e informações cadastrais.



E exercera as seguintes atividades:

CNAE Nº 6920-6/01 - Atividades de contabilidade; 6204-0/00 - Consultoria em tecnologia da informação; 6920-6/02 - Atividades de consultoria e auditoria contábil e tributária; 7020-4/00 - Atividades de consultoria em gestão empresarial, exceto consultoria técnica específica; 8211-3/00 - Serviços combinados de escritório e apoio administrativo; 8291-1/00 - Atividades de cobrança e informações cadastrais; 8599-5/04 - Treinamento em desenvolvimento profissional e gerencial.

**CLÁUSULA V - DECLARAÇÃO DE DESEMPENDIMENTO DE ADMINISTRADOR** (art. 37, 11, Lei nº8.934, De 1984) O empresário declara, sob as penas da lei, inclusive que sendo verídicas todas as informações prestadas neste instrumento e quanto aposte no artigo 299 do Código Penal no estar impedido de exercer atividade empresarial e não possui outro registro como empresário individual no país.

**CLÁUSULA VI - DO INÍCIO DAS ATIVIDADES E PRAZO DE DURAÇÃO** (art.5), III, F, Dec. 1800/96) A Empresa iniciou suas atividades na data de arquivamento deste ato na Junta Comercial do Estado da Paraíba e seu prazo de duração é indeterminado.

E desse modo, assina o presente instrumento particular que foi lavrado em uma única via que será destinada ao registro e arquivamento na junta comercial do estado da Paraíba.

Taperoa, 14 de janeiro de 2021



ERASMO ROBERTO RODRIGUES NASCIMENTO



CERTIFICO O REGISTRO EM 14/01/2021 18:05 SOB Nº 25101409932.  
PROTOCOLO: 205099270 DE 11/01/2021.  
CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 12100240109. CNPJ DA SEDE: 40403942000135.  
NIRE: 25101409932. COM EFEITOS DO REGISTRO EM: 07/01/2021.  
ERASMO ROBERTO RODRIGUES DO NASCIMENTO

MARIA DE FATIMA VENTURA VENANCIO  
SECRETARIA-GERAL  
[www.redesim.pb.gov.br](http://www.redesim.pb.gov.br)

A validade desta documentação, em qualquer caso, depende da publicação dos atos em um sistema eletrônico de acesso público, informando seus respectivos códigos de verificação.



ESTADO DA PARAÍBA  
CÂMARA MUNICIPAL DE BOA VISTA  
SETOR DE CONTRATAÇÃO

INEXIGIBILIDADE N° IN00002/2024  
PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 240301IN00002

CONTRATO N°: IN00002-01/2024

TERMO DE CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM A CÂMARA MUNICIPAL DE BOA VISTA E ERASMO ROBERTO RODRIGUES DO NASCIMENTO, PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇO CONFORME DISCRIMINADO NESTE INSTRUMENTO NA FORMA ABAIXO:

Pelo presente instrumento de contrato, de um lado Câmara Municipal de Boa Vista - Rua Jerônimo Marinho Gomes, n° 143 - Centro - Boa Vista - PB, CNPJ n° 02.307.198/0001-86, neste ato representada pelo Presidente, Sr. José Fernando Leite Aires, Brasileiro, Casado, Professor, residente e domiciliado na Rua Simão Pereira de Almeida, n° 0483 - Centro - Boa Vista - PB, CPF n° 025.304.544-42, Carteira de Identidade n° 2156719 SSP/PB, doravante simplesmente CONTRATANTE, e do outro lado ERASMO ROBERTO RODRIGUES DO NASCIMENTO, inscrita no CNPJ sob o n° 40.403.942/0001-35, sediada na Av. Gov Dorgival Terceiro Neto n° 202 - Andar 01 Sala 01, Centro, Taperoá, Estado da Paraíba, CEP: 58.680-000, neste ato representada por Erasmo Roberto Rodrigues do Nascimento, brasileiro, casado, contador, portador do CPF n° 061.221.024-31 e do RG n° 3177658 SSP/PB, residente na Rua Severino Andrade de Farias n° 23, São José, Taperoá/PB, doravante simplesmente CONTRATADO, decidiram as partes contratantes assinar o presente contrato, o qual se regerá pelas cláusulas e condições seguintes:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DOS FUNDAMENTOS:**

Este contrato decorre da Inexigibilidade de Licitação n° IN00002/2024, processada nos termos da Lei Federal n° 14.133, de 1° de Abril de 2021; Lei Complementar n° 123, de 14 de Dezembro de 2006; Lei Federal n° 14.033, de 17 de agosto de 2020, e legislação pertinente, consideradas as alterações posteriores das referidas normas, às quais os contratantes estão sujeitos como também às cláusulas deste contrato.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO:**

O presente contrato, cuja lavratura foi autorizada, tem por objeto: CONTRATAÇÃO DOS SERVIÇOS DE ASSESSORIA EM GESTÃO E PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO, PARA A CÂMARA MUNICIPAL DE BOA VISTA - PB.

O serviço deverá ser executado rigorosamente de acordo com as condições expressas neste instrumento, proposta apresentada, especificações técnicas correspondentes, processo de Inexigibilidade de Licitação n° IN00002/2024 e instruções do Contratante, documentos esses que ficam fazendo partes integrantes do presente contrato, independente de transcrição.

**CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR E PREÇOS:**

O valor total deste contrato, a base do preço proposto, é de R\$ 30.000,00 (Trinta mil reais).  
Representado por: 10 (dez) parcelas no valor de R\$ 3.000,00 (Três mil reais).

**CLÁUSULA QUARTA - DO REAJUSTAMENTO EM SENTIDO ESTRITO - REAJUSTE:**

Os preços contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano.  
Dentro do prazo de vigência da contratação e mediante solicitação do Contratado, os preços poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, na mesma proporção da variação verificada no IPCA-IBGE acumulado, tomando-se por base o mês do orçamento estimado, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.  
Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.  
No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.





Fica o Contratado obrigado a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

O registro da variação do valor contratual para fazer face ao reajuste de preços poderá ser realizado por simples apostila.

O prazo para resposta ao pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro, quando for o caso, será de até um mês, contado da data do fornecimento da documentação comprobatória do fato imprevisível ou consequência incalculável, observadas as disposições dos Arts. 124 a 136, da Lei 14.133/21.

#### **CLÁUSULA QUINTA - DA DOTAÇÃO:**

As despesas correrão por conta da seguinte dotação, constante do orçamento vigente: RECURSOS PRÓPRIOS DA CÂMARA MUNICIPAL DE BOA VISTA: 01.010 - CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES. 01.031.2001.2001 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA CÂMARA MUNICIPAL. 3390.39 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA.

#### **CLÁUSULA SEXTA - DO PAGAMENTO:**

O pagamento será efetuado mediante processo regular e em observância às normas e procedimentos adotados pelo Contratante, bem como as disposições dos Arts. 141 a 146 da Lei 14.133/21; da seguinte maneira: Mensalmente, para ocorrer no prazo de trinta dias, contados do período de adimplimento de cada parcela.

#### **CLÁUSULA SÉTIMA - DOS PRAZOS E DA VIGÊNCIA:**

Os prazos máximos de início de etapas de execução e de conclusão do objeto ora contratado, que admitem prorrogação nas condições e hipóteses previstas na Lei 14.133/21, estão abaixo indicados e serão considerados da assinatura do Contrato:

a - Início. Imediato,

b - Conclusão: 10 (dez) meses.

A vigência do presente contrato será determinada: até o final do exercício financeiro de 2024, considerada da data de sua assinatura; podendo ser prorrogada, nas hipóteses e nos termos dos Arts. 105 a 114, da Lei 14.133/21.

#### **CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE:**

a - Efetuar o pagamento relativo à execução do serviço efetivamente realizado, de acordo com as respectivas cláusulas do presente contrato;

b - Proporcionar ao Contratado todos os meios necessários para a fiel execução do serviço contratado;

c - Notificar o Contratado sobre qualquer irregularidade encontrada quanto à qualidade do serviço, exercendo a mais ampla e completa fiscalização, o que não exime o Contratado de suas responsabilidades contratuais e legais;

d - Designar representantes com atribuições do Costo e Fiscal deste contrato, conforme requisitos estabelecidos na norma vigente, ou pelos respectivos substitutos, especialmente para coordenar as atividades relacionadas à fiscalização e acompanhar e fiscalizar a sua execução, respectivamente, permitida a contratação de terceiros para assistência e subsídio da fiscalização com informações pertinentes a essa atribuição;

e - Observar, em compatibilidade com o objeto deste contrato, as disposições dos Arts. 115 a 123 da Lei 14.133/21.

#### **CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO:**

a - Executar devidamente o serviço descrito na cláusula correspondente do presente contrato, dentro dos melhores parâmetros de qualidade estabelecidos para o ramo de atividade relacionada ao objeto contratual, com observância aos prazos estipulados;

b - Responsabilizar-se por todos os ônus e obrigações concernentes à legislação fiscal, civil, tributária e trabalhista, bem como por todas as despesas e compromissos assumidos, a qualquer título, perante seus fornecedores ou terceiros em razão da execução do objeto contratado;

c - Manter preposto capacitado e idôneo, aceito pelo Contratante, quando da execução do contrato, que o represente integralmente em todos os seus atos;





- d - Permitir e facilitar a fiscalização do Contratante devendo prestar os informes e esclarecimentos solicitados;
- e - Será responsável pelos danos causados diretamente ao Contratante ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado;
- f - Não ceder, transferir ou subcontratar, no todo ou em parte, o objeto deste instrumento, sem o conhecimento e a devida autorização expressa do Contratante;
- g - Manter, durante a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de regularidade e qualificação exigidas no respectivo processo de contratação direta, apresentando ao Contratante os documentos necessários, sempre que solicitado;
- h - Cumprir a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas, ao longo de toda a execução do contrato, e sempre que solicitado pelo Contratante, deverá comprovar o cumprimento dessa reserva de cargos, com a indicação dos empregados que preencherem as referidas vagas;
- i - Observar, em compatibilidade com o objeto deste contrato, as disposições dos Arts. 115 a 123 da Lei 14.133/21.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA - DA ALTERAÇÃO E EXTINÇÃO:**

Este contrato poderá ser alterado com a devida justificativa, unilateralmente pelo Contratante ou por acordo entre as partes, nos casos e condições previstas nos Arts. 124 a 136 e sua extinção, formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, ocorrerá nas hipóteses e disposições dos Arts. 137 a 139, todos da Lei 14.133/21.

Nas alterações unilaterais a que se refere o inciso I, do caput do Art. 124, da Lei 14.133/21, o Contratado será obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões que se fizerem nos serviços, de até o respectivo limite fixado no Art. 125, do mesmo diploma legal, do valor inicial atualizado do contrato. Nenhum acréscimo ou supressão poderá exceder o limite estabelecido, salvo as supressões resultantes de acordo celebrado entre os contratantes.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO RECEBIMENTO:**

Executada a presente contratação e observadas as condições de adimplemento das obrigações pactuadas, os procedimentos e condições para receber o seu objeto pelo Contratante obedecerão, conforme o caso, às disposições do Art. 140, da Lei 14.133/21.

Por se tratar de serviço, a assinatura do termo detalhado de recebimento provisório, se dará pelas partes, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico, até 15 (quinze) dias da comunicação escrita do Contratado. No caso do termo detalhado de recebimento definitivo, será emitido e assinatura pelas partes, apenas após o decurso do prazo de observação ou vistoria, que comprove o atendimento das exigências contratuais, não podendo esse prazo ser superior a 90 (noventa) dias, salvo em casos excepcionais, devidamente justificados.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS PENALIDADES:**

O licitante ou o Contratado será responsabilizado administrativamente, facultada a defesa no prazo legal do interessado, pelas infrações previstas no Art. 155, da Lei 14.133/21 e serão aplicadas, na forma, condições, regras, prazos e procedimentos definidos nos Arts. 156 a 163, do mesmo diploma legal, as seguintes sanções: a - advertência aplicada exclusivamente pela infração administrativa de dar causa a inexecução parcial do contrato, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave; b - multa de mora de 0,5% (zero virgula cinco por cento) aplicada sobre o valor do contrato, por dia de atraso injustificado na execução do objeto da contratação; c - multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato por qualquer das infrações administrativas previstas no referido Art. 155; d - impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo de dois anos, aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido Art. 155, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave; e - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo de cinco anos, aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do referido





Art. 155, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do mesmo artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no § 4º do referido Art. 156: f - aplicação cumulada de outras sanções previstas na Lei 14.133/21.

Se o valor da multa ou indenização devida não for recolhido no prazo de 15 dias após a comunicação ao Contratado, será automaticamente descontado da primeira parcela do pagamento a que o Contratado vier a fazer jus, acrescido de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, ou, quando for o caso, cobrado judicialmente.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA COMPENSAÇÃO FINANCEIRA:**

Nos casos de eventuais atrasos de pagamento nos termos deste instrumento, e desde que o Contratado não tenha concorrido de alguma forma para o atraso, será admitida a compensação financeira, devida desde a data limite fixada para o pagamento até a data correspondente ao efetivo pagamento da parcela. Os encargos moratórios devidos em razão do atraso no pagamento serão calculados com utilização da seguinte fórmula:  $EM = N \times VP \times I$ , onde: EM = encargos moratórios; N = número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; VP = valor da parcela a ser paga; e I = índice de compensação financeira, assim apurado:  $I = (TX + 100) \div 365$ , sendo TX = percentual do IPCA-IBGE acumulado nos últimos doze meses ou, na sua falta, um novo índice adotado pelo Governo Federal que o substitua. Na hipótese do referido índice estabelecido para a compensação financeira venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD:**

- a - As partes contratantes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de Agosto de 2018, que é a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais LGPD, quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão deste contrato, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.
- b - Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do Art. 6º, da Lei 13.709/18.
- c - É vedado o compartilhamento com terceiros de qualquer dado obtido, fora das hipóteses permitidas em Lei.
- d - Constitui atribuição do Contratado orientar e treinar seus empregados, quando for o caso, sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.
- e - O Contratante deverá ser informado, no prazo de cinco dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.
- f - O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.
- g - O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento desta cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.
- h - O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável mediante justificativa, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.
- i - Terminado o tratamento dos dados nos termos do Art. 15, é dever do Contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do Art. 16, ambos da Lei 13.709/18, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.
- j - Os bancos de dados formados a partir da execução do objeto deste contrato, notadamente aqueles que se propõem a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados, conforme Art. 37, da Lei 13.709/18, com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pelo Contratante nas hipóteses previstas na LGPD.
- k - O presente contrato está sujeito a alterações nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a Autoridade Nacional de Proteção de Dados, por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.





**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO FORO:**

Para dirimir as questões decorrentes deste contrato, as partes elegem o Foro da Comarca de Campina Grande.

E, por estarem de pleno acordo, foi lavrado o presente contrato em 02(duas) vias, o qual vai assinado pelas partes e por duas testemunhas.

Boa Vista - PB, 19 de Março de 2024.

TESTEMUNHAS

PELO CONTRATANTE

\_\_\_\_\_  
JOSE FERNANDO LEITE AIRES  
Presidente  
025.304.544-42

PELO CONTRATADO

\_\_\_\_\_  
*Erasm R1/4*  
ERASMO ROBERTO RODRIGUES DO NASCIMENTO  
Erasm Roberto Rodrigues do Nascimento  
061.221.024-31





ESTADO DA PARAÍBA  
MUNICÍPIO DE SÃO VICENTE DO SERIDÓ - PREFEITURA  
SECRETARIA DE FINANÇAS  
ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA

Nota Fiscal: 000037/2024



Identificador  
0011142024

NOTA FISCAL DE SERVIÇO ELETRÔNICA - NFS-e

DETALHAMENTO DA NOTA FISCAL					
NÚMERO 000037	EMISSÃO 19/04/2024		VALOR R\$ 3.000,00		
PRESTADOR DE SERVIÇO					
CPF/CNPJ 40.403.942/0001-35		Nome/Razão Social ERASMO ROBERTO RODRIGUES DO NASCIMENTO - ESC CONSULTORIA			
Endereço AV DORGIVAL TERCEIRO NETO		Número 202	Bairro CENTRO	Telefone Não Informado.	
Cidade Pereira	UF PB	CEP 58680000	Inscrição Municipal -	Inscrição Estadual -	Mei Não
TOMADOR DE SERVIÇO					
CPF/CNPJ 00.481.487/0001-71		Nome/Razão Social CAMARA MUNICIPAL DE SAO VICENTE DO SERIDÓ			
Endereço RUA SENADOR RUI CARNEIRO		Número sn	Bairro CENTRO	Telefone Não Informado.	
Cidade São Vicente do Seridó	UF PB	CEP 58158000	Inscrição Municipal -	Inscrição Estadual -	Mei Não
DETALHAMENTO DA NOTA					
Natureza do Serviço 17.01 - Assessoria ou consultoria de qualquer natureza, não contida em outros itens desta lista; análise, exame, pesquisa, coleta, compilação e fornecimento de dados e informações de qualquer natureza, inclusive cadastro e similares.					
Descriminação do Serviço ASSESSORIA EM GESTÃO E PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO - REFERENCIA abril/2024					
DADOS BANCÁRIOS BANCO SICOOB CONTA CORRENTE: 169414-6 AGÊNCIA: 4293					
Município de Prestação São Vicente do Seridó			Data de Emissão 19/04/2024		
ISS - Não Tributável			Valor da Nota R\$ 3.000,00		
Base de Cálculo do INSS R\$ 0,00			Valor do INSS R\$ 0,00		
Base de Cálculo do IRRF R\$ 0,00			Valor do IRRF R\$ 0,00		
			Valor da Nota - Impostos e Tributos R\$ 3.000,00		

Para verificar a autenticidade deste documento acesse <http://validador.infopublicpb.com.br/NF/ValidadorNF> e insira o código:  
7520211324110446451410

Recebi(emos) de ERASMO ROBERTO RODRIGUES DO NASCIMENTO - ESC CONSULTORIA  
o(s) serviço(s) constante(s) desta Nota Fiscal de Serviço de número 000037 de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_  
Ass. Cliente \_\_\_\_\_



ESTADO DA PARAÍBA  
MUNICÍPIO DE BONITO DE SANTA FÉ - PREFEITURA  
SECRETARIA DE FINANÇAS  
ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA

Nota Fiscal: 000038/2024



Identificador  
0011152024

NOTA FISCAL DE SERVIÇO ELETRÔNICA - NFS-e

DETALHAMENTO DA NOTA FISCAL						
NÚMERO 000038		EMIÇÃO 19/04/2024		VALOR R\$ 3.000,00		
PRESTADOR DE SERVIÇO						
CPF/CNPJ 40.403.942/0001-35		Nome/Razão Social ERASMO ROBERTO RODRIGUES DO NASCIMENTO - ESC CONSULTORIA				
Endereço AV DORIVAL TERCEIRO NETO		Número 202	Bairro CENTRO	Telefone Não Informado.		
Cidade peroá	UF PB	CEP 58680000	Inscrição Municipal -	Inscrição Estadual -	Mei Não	
TOMADOR DE SERVIÇO						
CPF/CNPJ 12.722.468/0001-79		Nome/Razão Social MUNICÍPIO DE BONITO DE SANTA FÉ - CAMARA MUNICIPAL				
Endereço R JOSE ARRUDA DE SOUSA		Número SN	Bairro CENTRO	Telefone 8333901251		
Cidade Bonito de Santa Fé	UF PB	CEP 58960000	Inscrição Municipal -	Inscrição Estadual -	Mei Não	
DETALHAMENTO DA NOTA						
Natureza do Serviço 17.01 - Assessoria ou consultoria de qualquer natureza, não contida em outros itens desta lista; análise, exame, pesquisa, coleta, compilação e fornecimento de dados e informações de qualquer natureza, inclusive cadastro e similares.						
Descrição do Serviço ASSESSORIA EM GESTÃO E PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO - REFERENCIA ABRIL/2024 DADOS BANCÁRIOS BANCO SICOOB CONTA CORRENTE: 169414-6 AGENCIA: 4293						
Município de Prestação Bonito de Santa Fé				Data de Emissão 19/04/2024		
ISS - Não Tributável				Valor da Nota R\$ 3.000,00		
Base de Cálculo do INSS R\$ 0,00				Valor do INSS R\$ 0,00		
Base de Cálculo do IRRF R\$ 0,00				Valor do IRRF R\$ 0,00		
				Valor da Nota - Impostos e Tributos R\$ 3.000,00		

Para verificar a autenticidade deste documento acesse <http://validador.infopublicpb.com.br/NF/ValidadorNF> e insira o código:  
55201119121090548421414

Recebi(emos) de ERASMO ROBERTO RODRIGUES DO NASCIMENTO - ESC CONSULTORIA  
o(s) serviço(s) constante(s) desta Nota Fiscal de Serviço de número: 000038 \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.  
Ass. Cliente \_\_\_\_\_





ESTADO DA PARAÍBA  
MUNICÍPIO DE PARARI - PREFEITURA  
SECRETARIA DE FINANÇAS  
ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA

Nota Fiscal: 000030/2024



Identificador  
0010662024

NOTA FISCAL DE SERVIÇO ELETRÔNICA - NFS-e

DETALHAMENTO DA NOTA FISCAL						
NÚMERO 000030		EMISSION 18/04/2024		VALOR R\$ 3.000,00		
PRESTADOR DE SERVIÇO						
CPF/CNPJ 40.403.942/0001-35		Nome/Razão Social ERASMO ROBERTO RODRIGUES DO NASCIMENTO - ESC CONSULTORIA				
Endereço AV DORGIVAL TERCEIRO NETO		Número 202	Bairro CENTRO	Telefone Não Informado.		
Cidade Parari	UF PB	CEP 58680000	Inscrição Municipal -	Inscrição Estadual -	Mei Não	
TOMADOR DE SERVIÇO						
CPF/CNPJ 01.658.733/0001-80		Nome/Razão Social CAMARA MUNICIPAL DE PARARI				
Endereço TERTULINO AIRES DE QUEIROZ		Número SN	Bairro CENTRO	Telefone Não Informado.		
Cidade Parari	UF PB	CEP 58575000	Inscrição Municipal ISENTO	Inscrição Estadual ISENTO	Mei Não	
DETALHAMENTO DA NOTA						
Natureza do Serviço 17.01 - Assessoria ou consultoria de qualquer natureza, não contida em outros itens desta lista; análise, exame, pesquisa, coleta, compilação e fornecimento de dados e informações de qualquer natureza, inclusive cadastro e similares.						
Descriminação do Serviço Gestão e Planejamento Estratégico - Referente ao mês de ABRIL de 2024.						
Município de Prestação Parari				Data de Emissão 18/04/2024		
ISS - Não Tributavel				Valor da Nota R\$ 3.000,00		
Base de Cálculo do INSS R\$ 0,00				Valor do INSS R\$ 0,00		
Base de Cálculo do IRRF R\$ 0,00				Valor do IRRF R\$ 0,00		
				Valor da Nota - Impostos e Tributos R\$ 3.000,00		

Para verificar a autenticidade deste documento acesse <http://validador.infopublicpb.com.br/NF/validadorNF> e insira o código:  
85251609221120641601421

Recebi(emos) de ERASMO ROBERTO RODRIGUES DO NASCIMENTO - ESC CONSULTORIA  
o(s) serviço(s) constante(s) desta Nota Fiscal de Serviço de número: 000030 \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.  
Ass. Cliente \_\_\_\_\_



**CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESTADO DA PARAÍBA**  
**CERTIDÃO DE HABILITAÇÃO PROFISSIONAL**

O CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESTADO DA PARAÍBA certifica que o(a) profissional identificado(a) no presente documento encontra-se habilitado para o exercício da profissão contábil.

**IDENTIFICAÇÃO DO REGISTRO**

NOME.....	: ERASMO ROBERTO RODRIGUES DO NASCIMENTO
REGISTRO.....	: PB-010935/O-7
CATEGORIA.....	: CONTADOR
CPF.....	: ***.221.024-**

A falsificação deste documento constitui-se em crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o autor à respectiva ação penal.



Emissão: PARAÍBA, 11/01/2023 as 17:23:34.

Válido até: 11/04/2023.


Código de Controle: 4819.8390.1137.7586.

Para verificar a autenticidade deste documento consulte o site do CRCPB.





 <p align="center"><b>REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL</b>  <b>CARTEIRA DE IDENTIDADE PROFISSIONAL</b>  <b>CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE</b>  <b>DO ESTADO DA PARAÍBA</b></p>	
<p><b>Categoria</b> CONTADOR</p>	<p><b>Nº Registro</b> PB-010935/O-7</p>
<p><b>Nome</b> ERASMIO ROBERTO RODRIGUES DO NASCIMENTO</p>	
<p><b>Nascimento</b> 22/09/1985</p>	<p><b>Nacionalidade</b> BRASILEIRA</p> <p><b>Naturalidade</b> TAPEROA-PB</p>
<p align="center"><i>Assinatura do Profissional</i></p>	
<p align="center"><b>Assinatura do Profissional</b></p>	

<p><b>Filiação</b> ANTONIO JOSE DO NASCIMENTO MARIA DAS GRAÇAS RODRIGUES DO NASCIMENTO</p>	<p><b>Documento de Identificação</b> 3177658 SSP-PB</p> 
<p><b>CPF</b> 061.221.024-31</p>	<p><b>Data de Registro</b> 06/06/2013</p>
<p>Esta carteira tem fé pública como documento de identidade, nos termos do art. 18 do Decreto-Lei n.º 9.295/46, c/c art. 1º da Lei n.º 6.206/75.</p>	
<p align="center">Validado eletronicamente pelo  Conselho Federal de Contabilidade  Código de Validação: 684C96</p>	

 <p align="center"><b>REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL</b>  <b>CARTEIRA DE IDENTIDADE PROFISSIONAL</b>  <b>CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE</b>  <b>DO ESTADO DA PARAÍBA</b></p>	<p>Aproxime um leitor de QR Code para  validar ou acesse o endereço:  <a href="https://sistemas.cfc.org.br/validacao/profissional/cpf/06122102431/codigo/684C96">https://sistemas.cfc.org.br/validacao/profissional/cpf/06122102431/codigo/684C96</a></p>
	

Arquivo emitido pelo aplicativo CRCDigital em segunda-feira, 16 de outubro de 2023, às 16:46.



## RECIBO DE PROTOCOLO

O Tribunal de Contas do Estado da Paraíba certifica que em 24/10/2024 às 11:48:30 foi protocolizado o documento sob o Nº 119414/24 da subcategoria Contratos , exercício 2024, referente a(o) Câmara Municipal de Taperoá, mediante o recebimento de informações/arquivos eletrônicos encaminhados por Ailton Paulo de Souza.

Número do Contrato: 000003012024

Data da Publicação: 14/06/2024

Data da Assinatura: 13/06/2024

Data Final do Contrato: 31/12/2024

Valor Contratado: R\$ 18.000,00

Situação do Contrato: Vigente

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSESSORIA EM GESTÃO E PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO.

Contratado (Nome): Erasmo Roberto Rodrigues do Nascimento

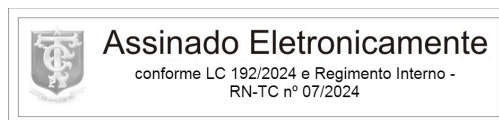
Contratado (CNPJ): 40.403.942/0001-35

[INFORMAÇÃO DO SISTEMA] Envio Fora do Prazo: Sim

[INFORMAÇÃO DO SISTEMA] Nº de Dias Fora do Prazo: 106

Documento	Informado?	Autenticação
Comprovante de publicidade	Sim	c5992a6a16e3a394c475226d0802bc81
Comprovações de regularidade da contratada	Sim	b2ceab682876083464f2be5a22f95e02
Comprovação da existência de dotação orçamentária	Sim	7a01057dd39e3e8966d2fddb96b4ccb2
Contrato ou instrumento equivalente	Sim	f60106aa5c029c81c1c25de1236b08e1
Designação da fiscalização técnica do contrato	Não	
Designação do fiscal administrativo do contrato	Não	
Designação do gestor do contrato	Não	

João Pessoa, 24 de Outubro de 2024



Sistema de Processo Eletrônico do TCE-PB